INFORMATIVO
Julho | Agosto de 2017
www.fpquimica.org.br fpquimica@fpquimica.org.br
FRENTE PARLAMENTAR DA QUÍMICA

Participantes do encontro realizado em Brasília

Gás Natural como Matéria-prima é tema de encontro da FPQuímica

A Frente Parlamentar da Química realizou, no dia 6 de julho, um café da manhã destinado a discutir Gás Natural como Matéria-prima. O tema, que é coordenado na Frente pelo deputado Davidson Magalhães (PCdoB/BA), é de extrema importância para a economia brasileira e é uma das demandas prioritárias da FPQuímica.

O presidente da FPQuímica, deputado João Paulo Papa (PSDB/SP), abriu a reunião saudando os presentes e destacando a relevância do tema gás natural como matéria-prima, destacando que a indústria química está na base de diversos setores industriais e, portanto, a disponibilidade de matéria-prima mais competitiva impactará de forma positiva toda a cadeia industrial.

Marcos de Marchi, presidente do Conselho Diretor da Abiquim e CEO da Elekeiroz, fez uma apresentação sobre o tema e afirmou que o interesse do setor é investir no Brasil. "É fundamental elaborar um PL que estabeleça que o óleo e o gás do pré-sal sejam utilizados para gerar emprego e renda dentro do país". De Marchi ressaltou ainda que "o nosso pleito principal é solicitar apoio para que finalmente haja regulamentação do artigo 58 da Lei do Gás, que trata de gás natural como matéria-prima".

O deputado Davidson Magalhães destacou que o país não pode ser um primário exportador de matéria-prima. Segundo o deputado "a oferta de gás no Brasil está crescendo e isso significa que podemos ter acesso a uma matéria-prima barata para uma indústria que gera empregos e estimula o crescimento da economia nacional". O parlamentar acrescentou ainda que "a prioridade é elaborar uma proposta que aborde a curto prazo uma forma de aumentarmos a competitividade para a indústria".

O secretário de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis do MME, Márcio Bezerra, afirmou que o ministério está à disposição para buscar uma política emergencial para trazer uma solução, em especial no que tange a regulamentação da Lei no CNPE e posteriormente, buscar ajustes e continuar trabalhando este tema em conjunto. "Estamos juntos para buscar convergência dentro do governo para que possamos avançar rapidamente na resolução deste tema", finalizou o secretário.

Além dos parlamentares e autoridades já citados, estiveram presentes os deputados Afonso Motta (PDT/RS), vice-presidente da FPQuímica na Câmara; Assis Melo (PCdoB/RS); Jô Moraes (PCdoB/MG); Mendes Thame (PV/SP); Milton Monti (PR/SP), coordenador e Infraestrutura e Logística da Frente; Otávio Leite (PSDB/RJ), coordenador de Petroquímicos e Zé Augusto Nalin (PMDB/RJ). Também participaram do encontro Gustavo Fontenele, representando o MDIC; Junia Motta, representando a ABDI; Rafael Monico, representando a Frente Parlamentar da Química do Estado de São Paulo, além de executivos e representantes do setor.

Secretário do MME integra Comissão Executiva da FPQuímica

Márcio Félix, secretário do MME (esq), Marcos De Marchi, Presidente do Conselho Diretor da Abiquim e o Dep. João Paulo Papa, Presidente da Frente Parlamentar da Química.

Ainda durante o café da manhã da FPQuímica, o deputado João Paulo Papa aproveitou a oportunidade para convidar o **secretário Márcio Félix**, do MME, para compor a Comissão Executiva da FPQuímica como representante do Poder Executivo. Além do MME, a Frente já conta com a contribuição do secretário Igor Calvet, do MDIC, e do secretário Jailson de Andrade, do MCTIC.

Márcio Félix é secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis . É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília – UnB e funcionário de carreira como Engenheiro de Petróleo da Petrobras desde 1983. Na empresa, atuou entre 1988 e 2009 na divisão do Espírito Santo, atuando no Departamento de Produção, onde participou da descoberta do Campo de Jubarte. Foi Gerente-Geral de Exploração e Produção no Espírito Santo e também para a América do Norte e África. O secretário é uma figura de alta relevância no Ministério, tendo coordenado, além do Gás para Crescer, as principais agendas da pasta, dentre elas o Renovabio e Combustível Brasil.

ENTREVISTA

Deputado **Davidson Magalhães**

Coordenador de Gás da FPQuímica

Foto: Acervo/Dep. Davidson Magalhães

Considerando seu conhecimento sobre o mercado de gás natural, como o senhor explica o fato de o art. 58, inserido na Lei do Gás 11.909/2009, que trata da política para o uso do gás natural matéria-prima, não ter sido regulamentado pelo CNPE até hoje?

O Congresso discutiu amplamente o texto aprovado na Lei do Gás, tendo havido uma decisão e reconhecimento de que a indústria química, por suas peculiaridades, além do uso diferenciado e sem substituto alternativo, carecia dessa política. O governo federal não entendeu algo que o Congresso já reconheceu e muitas vezes deixa a cargo da empresa produtora de gás a prerrogativa dessa decisão. Não cabe ao produtor fazer política. Políticas precisam ser feitas pelo governo, se este reconhecer a importância do setor que será beneficiado. Fazendo as contas, é possível demonstrar que o saldo para o governo é bastante positivo e atrativo. O programa que eu ajudei a ABIQUIM a construir, partiu do pressuposto de que o país será em breve um player importante na área de gás natural. No entanto, desde 2009, várias empresas já fecharam e o país não para de elevar o déficit em produtos químicos, que são estratégicos para muitas cadeias importantes para o desenvolvimento nacional. O governo tem que entender que é preciso criar uma ponte entre o dia de hoje e o futuro, pois caso não façamos nada, em breve teremos gás e não teremos mais indústrias que possam transformar esse importante recurso em valor agregado, empregos e riqueza para o nosso país.

O senhor trabalhou por muitos anos na Bahiagás, tendo fornecido gás para um dos maiores polos petroquímicos do Brasil, o de Camaçari. Portanto, conhece os problemas que a indústria química vem enfrentando. Entendendo que química é regida por preços internacionais e pelo balanço oferta versus demanda, como conseguir sobreviver ao adquirir matérias-primas cujos preços são balizados no Brasil pelo segmento de combustíveis (ou uso energético)?

Esse é um ponto da mais alta relevância. Impossível ser competitivos quando a referência do que você vende é o mercado internacional, ou seja, a química é tomadora de preços no mercado, mas o seu custo não tem comparativo com seus competidores. Seja em matéria-prima, seja em energia ou logística. O polo de Camaçari é extremamente relevante para a Bahia, sendo uma das maiores receitas tributárias, além de gerador de empregos de elevada qualificação e remuneração. Portanto, mais uma vez, para a química é fundamental que os preços de suas matérias-primas principais acompanhem as referências internacionais, de países que sejam competitivos e que estejam atraindo investimentos.

O Brasil não é price maker: como viabilizar a Indústria Química, considerando que boa parte dos elos a montante das cadeias produtivas da química são monopolistas, como será possível chegar a um equilíbrio entre os elos ou isso é sonhar demais?

O Brasil, não sendo "price maker", tem que competir no mercado global com preços por ele formados. Para isso, é fundamental que as matérias-primas sejam repassadas aos elos seguintes igualmente numa base de preços que possibilite competitividade internacional. Devemos evitar a cobrança de sobre preços que dificultem a competitividade ao longo da cadeia.

Se em conceito todos os players admitem que a indústria química é o segundo segmento industrial em agregação de valor e de importância no desenvolvimento de outras cadeias, o que falta para que investimentos novos venham para o mercado brasileiro?

Falta ao país uma política macroeconômica compatível com o desenvolvimento industrial. Taxas de juros altas, câmbio valorizado e a inexistência de uma estratégia de desenvolvimento que considere o papel fundamental da indústria na agregação de valor, na geração de emprego e no avanço tecnológico tem deixado um legado, nos últimos vinte anos, de encolhimento do setor industrial no PIB do país. Na indústria química, especialmente na petroquímica, é essencial que o País tenha disponibilidade de matérias-primas e que estas sejam competitivas, com contratos garantidos no longo prazo. Os investimentos na química são de longa maturação e de elevado capital. Portanto, não haverá investimento sem o equacionamento da questão matéria-prima e as elevadas tarifas de energia. É essencial que o Brasil reveja a atual política de precificação, dando uma direção para que os empresários tenham a certeza de que a abundância de recursos de óleo e gás significará a redução dos custos dos mesmos em um futuro breve.

Recentemente o BNDES patrocinou o "Estudo da Diversificação da Indústria Química", no qual oportunidades de novos investimentos foram apontadas. No entanto, até agora, nada saiu do papel. Na sua opinião, por quê?

Infelizmente, a conclusão desse estudo importantíssimo para o País coincidiu com um período conturbado político e econômico, em meio às consequências negativas da Lava-Jato, que afastou potenciais investimentos em atividades produtivas. Temos problemas relacionados ao Custo Brasil, segurança jurídica e, apesar da abundância de recursos, tarifas elevadas de energia. Fora tudo isso, ainda temos muita morosidade em decisões simples, como registro de patentes, abertura de empresas, dentre outros, com excesso de burocracia.

Pensando em paralelo, no exemplo da Índia, que fomentou fortemente sua indústria química, não seria o caso de o Brasil também criar condições especiais por um período de tempo, para viabilizar esses inúmeros projetos e, consequentemente, atrair um volume elevado de investimentos? Ou o Brasil terá seu destino a contrair a chamada "doença holandesa"?

As autoridades indianas foram muito felizes na escolha dos setores que queriam atrair para investimentos e desenvolvimento, pensando em segmentos básicos e estratégicos, que pudessem dar fôlego a outras atividades industriais, como a química. Eles acertaram na forma, mas principalmente, no que se refere a uma política de estado, com visão de longo prazo e não de governo, mas assegurando que esses incentivos se dessem ao longo da cadeia produtiva e por determinado período de tempo. É isso que falta ao nosso país, pensar fora da caixa de quatro anos e vislumbrar o futuro mais promissor para toda a sociedade. Isso vale para toda a indústria, mas especialmente para a química. Essa é a saída para o Brasil deixar a condição de exportador de recursos naturais e importador de produtos acabados e de elevado valor.

Senador José Serra e setor químico debatem sobre o **cenário econômico e o desempenho da indústria química nacional**

Foto: Abiquim/Divulgação

O senador José Serra (PSDB/SP) participou da reunião com executivos do setor químico, realizada no dia **26 de julho**. Em sua apresentação, o parlamentar destacou a importância das reformas Tributária e Previdenciária, além de sua preocupação com relação ao grande risco aos já escassos planos de investimentos pela proposta da nova Taxa de Longo Prazo - TPL, sobre a taxa de juros de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

O parlamentar afirmou que é necessário gerar um ambiente que propicie o investimento no País. "Queremos aumentar a produção e por consequência a retomada da geração de empregos, pois temos hoje 14 milhões de trabalhadores desempregados, entre eles 4 milhões de chefes de família. Além disso, o desemprego gera um fator crucial para o País, a queda de receita".

O senador demonstrou preocupação com o papel do BNDES, que precisa manter sua função de fomentar o investimento no Brasil. Para o parlamentar, a manutenção da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP é importante para a promoção do investimento no País.

Entendendo a importância do setor químico como um segmento industrial que está na base de todas as cadeias produtivas, o senador debateu com os executivos as demandas do setor visando aumentar a competitividade da indústria química nacional em relação aos concorrentes internacionais.

Além da necessidade de manter a TJLP e que o BNDES seja um fomentador para o desenvolvimento econômico, o senador deu atenção às questões de infraestrutura logística e a disponibilidade do gás natural como matéria-prima a preços competitivos, cujo valor atual diminui a competitividade da indústria nacional perante a concorrência estrangeira.

Segundo o presidente do Conselho Diretor da Abiquim e diretor-presidente da Elekeiroz, Marcos De Marchi, "não podemos aceitar que o País queime a riqueza brasileira, destacando a importância da separação dos líquidos do gás natural, uma vez que são importantes matérias-primas da indústria. A queima do etano faz com que o Brasil perca além de uma matéria-prima, a oportunidade de criar um produto com maior valor agregado, que poderia gerar mais empregos e renda no País", destacou.

Outros temas debatidos foram a necessidade de criação de uma agenda estruturada, no âmbito do Governo Federal, para analisar oportunidades de investimento do setor químico e estabelecer uma política industrial, que tenha como base o aumento da competitividade da indústria química como motor para retomada do crescimento da economia, assim como foi feito em todos os países desenvolvidos.

Deputado Milton Monti assume coordenação de Infraestrutura e Logística da FPQuímica

Foto: Abiquim/divulgação

Deputado Milton Monti debate as demandas do setor com profissionais da indústria química

O deputado Milton Monti (PR/SP) assumiu a coordenação de Infraestrutura e Logística da FPQuímica. Monti foi escolhido para coordenar o tema devido ao seu profundo conhecimento e experiência na área de transporte. Ele já foi presidente e vice-presidente da Comissão de Viação e Transportes (CVT) e desde 2013 é presidente da Subcomissão da CVT de Portos e Vias Navegáveis.

No dia **7 de agosto**, o parlamentar participou de uma reunião o deputado participou de reunião com executivos do setor especialistas em logística. Monti aproveitou o encontro para aprofundar o seu conhecimento sobre os entraves logísticos enfrentados pelo setor.

O deputado destacou que logística é um dos fatores mais importantes para diminuir o Custo Brasil, garantir a competitividade da indústria brasileira, atrair novos investimentos, criar empregos e gerar mais riquezas para o País. Também reconheceu a importância do setor químico para o desenvolvimento do Brasil, uma vez que está na base de praticamente todos os outros setores industriais, e alertou que é necessário alinhar as demandas logísticas do setor com a de outros setores da economia brasileira. "No atual momento é preciso escolher as demandas principais, que devem ser trabalhadas em todas as esferas do governo", completou.

Além de atuar fortemente em âmbito nacional, o deputado promove o desenvolvimento da infraestrutura na região do centro-oeste paulista. O parlamentar já apresentou projetos que regulamentam a profissão de supervisor de segurança portuária e de agente de trânsito. Também é atuante na questão de proteção de cargas e em 2010, como presidente da CVT, liderou a apresentação de um documento pela comissão do Poder Executivo, que cobrava agilidade na regulamentação da Lei que cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Roubo de Cargas.

Foto: Assessoria Deputado João Paulo Papa

Governador Geraldo Alckmin e Deputado João Paulo Papa com executivos do setor

Governador Geraldo Alckmin recebe deputado Papa e Setor Químico para **debater políticas de incentivo à indústria química em SP**

O governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, recebeu o presidente da FPQuímica, deputado João Paulo Papa, e executivos do setor químico, no Palácio dos Bandeirantes, no dia **4 de agosto**.

Na reunião, foram discutidas políticas de incentivo à indústria química no Estado de São Paulo, onde estão localizadas aproximadamente 60% das fábricas de produtos químicos de uso industrial, das quase mil fábricas cadastradas no Guia da Indústria Química Brasileira.

Dentre os pleitos apresentados, foram destacadas questões relacionadas ao gás natural, entraves logísticos enfrentados pelo setor químico no Estado, além de temas relacionados ao Programa Atuação Responsável®, programa mundial do setor químico, que completa 25 anos no Brasil.

Familiarizado com o assunto, e destacando que a química é estratégica para o desenvolvimento econômico de São Paulo e do Brasil, o governador dará prioridade aos pleitos do setor.

Deputado Jeronimo Goergen coordena **Químicos para o Agronegocio na FPQuímica**

O deputado Jerônimo Goergen (PP/RS) assumiu a coordenação de Químicos para o Agronegócio da FPQuímica. O parlamentar, que também integra a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e ocupa a vice-presidência da Frente Parlamentar contra o Contrabando, explicou o trabalho que vem desenvolvendo com o objetivo de acabar com o mercado ilegal de defensivos agrícolas.

No dia **14 de agosto**, o parlamentar se reuniu com representantes do setor químico, na sede da Abiquim, em São Paulo, para discutir o tema.

Sobre a necessidade de desburocratizar os processos para o registro de um agroquímico no País, o deputado afirmou que muitas vezes determinados ingredientes ou produtos chegam a perder a razão de serem comercializados, já que durante o longo processo para registro ocorrem lançamentos de novos produtos, levando a indústria a perder competitividade e impedindo o produtor rural de acesso a insumos sazonais, podendo comprometer sua produção.

A necessidade de debater a Reforma Tributária foi outro tema abordado pelo

Parlamentar combate o uso de produtos contrabandeados que prejudicam o meio ambiente e a economia nacional

parlamentar, que ressaltou ser necessário criar condições para a indústria nacional competir internacionalmente. O parlamentar também elogiou a atuação da FPQuímica diante a necessidade de combater atividades e produtos clandestinos e ressaltou a importância da química para os demais setores industriais. "Tenho um grande envolvimento no combate à ilegalidade e clandestinidade. A FPQuímica é uma das frentes parlamentares mais organizadas do Congresso Nacional e tenho orgulho de fazer parte de sua comissão executiva. Com o seu apoio consistente, amparo técnico e organização, podemos executar nosso trabalho no legislativo à altura que a sociedade brasileira espera de nós. Sendo que a química é vital para todas as áreas e influencia na vida de todos", finalizou.

Ministro da Casa Civil discute gás natural como matéria-prima com FPQuímica e setor químico

No dia 9 de agosto, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o subchefe de Acompanhamento de Políticas Públicas da Casa Civil, Marcelo Guaranys, receberam os deputados João Paulo Papa e Milton Monti, respectivamente Presidente e Coordenador de Infraestrutura e Logística FPQuímica, e a Abiquim, representada por seu presidente-executivo, Fernando Figueiredo; pela diretora de Economia e Estatística, Fatima Giovanna Coviello Ferreira; e pela diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade e Secretária-Executiva da Frente Parlamentar da Química, Marina Mattar.

A audiência teve por objetivo destacar a importância de uma política de incentivo à indústria química, que garanta disponibilidade, a preços internacionalmente competitivos, das matérias-primas do gás natural. Como proposta, o setor apresentou o Programa Nacional Gás Natural Matéria-Prima, desenvolvido em conjunto com a FPQuímica e inserido no Programa Gás para Crescer, do Ministério de Minas e Energia (MME).

Sobre o Programa Gás Natural como Matéria-Prima, o deputado Milton Monti afirmou que, apesar de não ser especialista no assunto e de destacar a multidisciplinariedade dos debates no Congresso Nacional, a proposta parece extremamente meritória do ponto de vista do interesse público, merecendo atenção da Casa Civil, uma vez que o País deve aproveitar as riquezas do Pré-Sal para desenvolver sua indústria e gerar empregos e riqueza para o País.

O deputado João Paulo Papa, afirmou que o estudo que motivou a solicitação de reunião encontra-se em fase avançada de debate junto aos órgãos do Governo Federal envolvidos no tema, destacando a importância do envolvimento da Casa Civil, sobre a temática.

A diretora de Economia e Estatística da Abiquim, Fátima Ferreira, apresentou às autoridades o Programa, destacando o embasamento legal na Lei do Gás, pendente de regulamentação desde 2009. Nessa linha, a diretora informou que a decisão sobre o tema é fator essencial para a sobrevivência das empresas que utilizam gás natural como matéria-prima, num total de doze. Adicionalmente, mencionou o fechamento de seis indústrias que utilizavam gás como matéria-prima desde 2009, decorrente da perda de competitividade dos preços de gás natural praticados no país, em comparação com a nova realidade mundial, pós *shale gas*. Destacou também que a política pleiteada tem opções de financiamento por parte da União, que não trariam dificuldades de cunho fiscal, muito pelo contrário, a manutenção das fábricas instaladas traz um retorno direto e indireto de agregação de valor que não pode ser desprezado.

O presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo, reiterou que os trabalhos no âmbito do Gás para Crescer, liderado pelo MME, após intensa discussão com os órgãos do governo, inclusive a Casa Civil, foram concluídos e destacou a importância de que a Casa Civil assuma papel de coordenação dos trabalhos, encaminhando decisão de governo sobre a temática.

João Paulo Papa e Marina Mattar reforçaram proposta já apresentada ao Ministro Marcos Pereira, do MDIC, para a implementação de uma agenda estruturada que viabilize uma política de incentivo à indústria química, importante instrumento para a retomada do crescimento industrial, uma vez que a química é um dos maiores setores com efeito propulsor na economia brasileira por estar na base de praticamente todos os outros setores industrias.

Papa aproveitou a oportunidade para entregar ao Ministro o convite para o II Fórum pela Competitividade da Indústria Química, a ser realizado pela FPQuímica, em Porto Alegre (RS), em 25 de setembro. Mais informações serão divulgadas no site da Frente (www.fpquimica.org.br).

Fotos: Casa Civil

Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, FPQuímica e representantes do setor durante reunião em Brasília

Deputados João Paulo Papa e Milton Monti e Abiquim apresentam Programa Nacional Gás Natural Matéria-Prima ao Ministro.

Importações de produtos químicos chegam a US$ 17,2 bilhões no primeiro semestre e déficit da balança já ultrapassa US$ 10 bilhões

Volume de 20,8 milhões de toneladas de produtos importados é o maior de toda a série histórica da Abiquim, realizada desde 1991

O déficit da balança comercial de produtos químicos atingiu US$ 10,6 bilhões no primeiro semestre do ano e as importações totalizaram US$ 17,2 bilhões no período, o que equivale a um aumento de 6,4% em relação ao primeiro semestre de 2016.

Em volume, as compras externas tiveram comportamento ainda mais intenso, elevação de 21,2%, com movimentação de 20,8 milhões de toneladas, um resultado recorde de quantidades importadas para toda a série histórica de verificação da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), realizado desde 1991. O desempenho está lastreado pelo alto volume de compras de intermediários para fertilizantes, no contexto do excelente momento do agronegócio, com safra 2016/2017 prevista como a maior da história do Brasil, de acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. No mês de junho, especificamente, foram importados US$ 3,3 bilhões, aumento de 3,7% em relação ao valor registrado em maio e de 5,4% na comparação com o mês de junho de 2016. As exportações brasileiras de produtos químicos, por sua vez, tiveram em junho uma alta de 5,0% em relação ao mesmo mês do ano passado, totalizando US$ 1,1 bilhão, mas queda de 8,7% em relação ao mês de maio. No agregado do primeiro semestre, as vendas externas somaram US$ 6,6 bilhões, aumento de 12,1% em relação a igual período do ano anterior, enquanto o volume das exportações foi de 8,2 milhões de toneladas, resultado 1,9% superior ao verificado nos seis primeiros meses de 2016. Nos últimos 12 meses (jul/16 a jun/17), o déficit comercial de produtos químicos alcançou o valor de US$ 23,3 bilhões, resultado praticamente igual ao total de US$ 23,0 bilhões de 2016, o que demonstra claramente os impactos do baixo desempenho da atividade econômica nacional nos primeiros meses do ano no setor químico brasileiro.

Para o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo, é necessário que o setor químico tenha condições de se beneficiar da retomada do nível de atividade com produtos fabricados localmente quando o atual delicado momento econômico for superado. "Ampliar a participação do produto nacional no atendimento do mercado interno só será possível com aumento da competitividade para as produções já existentes e de políticas públicas igualmente eficientes na atração de novos investimentos para o País. Uma das medidas que a Abiquim advoga e indiscutivelmente trará ganhos imediatos e de longo prazo para a indústria química é a precificação do gás-natural como matéria-prima. Isso diminuirá a carga de custos para as indústrias que já possuem o gás-natural como um insumo estratégico em seus processos industriais e habilitará uma nova agenda de investimentos para o Brasil, inclusive de produtos relacionados ao agronegócio, segmento com crescente demanda e animadoras perspectivas futuras", enfatiza Figueiredo.

***Fonte:** Abiquim/ Relatório de estatísticas de Comércio Exterior – RECE.*

Matéria-prima e energia com preços elevados reduzem a competitividade da indústria química

Produtos químicos importados ocupam 37,8% do mercado brasileiro

Dados apurados pela Abiquim no primeiro semestre indicam enfraquecimento do ritmo de produção local dos produtos químicos de uso industrial. Em junho de 2017, o índice de produção teve recuo de 4,56% sobre o mês anterior, enquanto o de vendas internas exibiu ligeira elevação, de 0,49%, em razão da desova de estoques.

Com esses resultados, o fechamento do 2º trimestre do ano confirma a desaceleração da atividade em relação aos três primeiros meses do ano, bem como sobre o mesmo período do ano passado: a produção caiu 2,33% no acumulado de abril a junho de 2017, na comparação com iguais meses de 2016, enquanto as vendas internas tiveram retração de 3,10%. Para o 1º semestre do ano, os números mostram redução da atividade, com o índice de produção subindo apenas 0,85% e o de vendas internas em sentido contrário, com recuo de 1,06%.

Apesar de o consumo aparente nacional (CAN) ter crescido expressivos 8,4% no período, esse aumento não foi acompanhado pelo desempenho das vendas internas, sinalizando uma perda de participação do produtor local em relação ao atendimento da demanda doméstica. A prova disso é que as importações, em volume, dos produtos analisados no RAC tiveram aumento de 30,5%, batendo recorde histórico dos últimos 28 anos de análise, passando a ocupar 37,8% do CAN.

No que se refere à capacidade instalada, no acumulado do 1º semestre de 2017, a utilização ficou, na média, em 77%, dois pontos porcentuais menor do que a que havia sido a média de janeiro a junho de 2016.

A diretora de Economia e Estatística da Abiquim, Fátima Giovanna Coviello Ferreira, cita o caso dos petroquímicos básicos. O produto que vem puxando a alta das importações é o metanol, que deixou de ser produzido no mercado nacional por falta de competitividade da principal matéria-prima (gás natural) e, atualmente, passou a ser integralmente importado. Esse caso exemplifica muito bem a questão das oportunidades perdidas pelo País, que já poderia ter uma planta de escala mundial de metanol.

Além disso, a diretora da Abiquim reclama da falta de um projeto de política industrial para o País para geração de empregos de qualidade e de riqueza. Ao invés disso, segundo ela, o governo decide ir pelo caminho mais fácil para arrecadar. "A alta da contribuição do PIS/Cofins sobre os combustíveis veio na contramão do que a população em geral poderia esperar. Não se fez uma avaliação e/ou adequação das despesas que poderiam ser diminuídas, ou até eliminadas, pelo próprio governo, nem tampouco conseguiu-se elevar a parcela das receitas extraordinárias que o governo havia previsto no início do ano. Ou seja, o já elevado custo Brasil foi aumentado. Mas será que essa dose será suficiente? Se a economia não voltar a crescer, gerando os empregos necessários para os quase 15 milhões de desempregados, qual será a próxima medida?", questiona.

O Brasil precisa urgentemente de medidas de estado, de longo prazo, que deem um norte e previsibilidade e não apenas de medidas de governo, sem visão de planejamento estratégico e que tornam o ambiente inseguro. Dentre as medidas de estado, por que não a implantação de políticas industriais que sejam capazes de estimular o desenvolvimento e o crescimento da economia, gerando empregos e divisas e contribuindo para elevação do PIB nacional. A química pode e quer contribuir para isso.

Diante de todo esse cenário, o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo, faz um alerta: a ampliação das importações fez com que o Brasil, mais uma vez, perdesse a oportunidade de gerar riqueza e empregos para o povo. "Com elevado preço da nafta e do gás natural, bem como o alto custo da energia, o Brasil é presa fácil no mercado para os produtores internacionais ocuparem o mercado interno".

***Fonte:** Abiquim/ Relatório de Acompanhamento Conjuntural – RAC.*

25/9
RESERVE A DATA

II Fórum Nacional pela competitividade da Indústria Química

A Frente Parlamentar da Química realizará no dia **25 de setembro** a segunda edição do Fórum Nacional pela Competitividade da Indústria Química, no Rio Grande do Sul. O objetivo do encontro será discutir propostas de como aproveitar a vantagem competitiva brasileira voltada para o setor.

Concentrada em três grandes polos petroquímicos (Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo) e com diversas plantas espalhadas por todo o território brasileiro, a indústria química está na base de todos os outros setores industriais.

O Fórum contará com a presença de representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, executivos do setor e imprensa.

Mais informações sobre p Fórum estão disponíveis em nosso site: www.fpquimica.org.br

Abrafati 2017: Principal evento do setor de tintas na América Latina será em São Paulo

No Congresso será possível conhecer as novidades e as tendências relacionadas ao produto

A ABRAFATI 2017 reunirá as principais empresas e milhares de profissionais, gerando efeitos positivos, tanto em termos de negócios quanto no que se refere à evolução tecnológica.

O foco principal da 15ª edição do evento são as formas de agregar valor às tintas, o que estará em destaque tanto nos estandes quanto nas apresentações a serem feitas no Congresso.

A expectativa é de que o congresso impulsione a indústria no sentido da inovação e da criação de valor, por representar um ambiente favorável à interação e à discussão de novas ideias, parcerias, negociações, incorporação de inovações e outros benefícios.

Para isso, os principais especialistas internacionais estarão compartilhando com o público seus estudos e pesquisas. A ampla programação técnico-científica do Congresso envolve 90 palestras ao longo de três dias, três sessões plenárias com personalidades de alta relevância e mais algumas dezenas de trabalhos na Sessão Pôster, além do seminário sobre cura por radiação, promovido em conjunto com a *RadTech South America*, e de um seminário sobre consumo e uso responsável de solventes.

Serão apresentados no total 140 estudos, que se caracterizam pela qualidade técnica, pelo perfil inovador e pela relevância para o desenvolvimento tecnológico. Destacam-se temas ligados à qualidade das tintas e ao seu desempenho, como durabilidade, resistência, cobertura e secagem, assim como ao seu papel no combate à corrosão. Há também importantes contribuições para avanços em áreas como a aplicação da nanotecnologia, as soluções mais recentes em termos de microbiologia, a utilização de matérias-primas de fonte renovável, o reaproveitamento de resíduos de processos industriais, a melhoria da qualidade do ar interior e da eficiência energética de edificações. "Será uma oportunidade de ter uma visão panorâmica das megatendências que ditam os rumos da indústria de tintas e das inovações desenvolvidas para fazer frente a elas", afirma Telma Florêncio, diretora de Eventos Corporativos da ABRAFATI.

Concomitantemente, na Exposição, será possível o contato com mais de 180 expositores das Américas, Europa e Ásia, entre os mais significativos fornecedores de matérias-primas, equipamentos, tecnologias e serviços para a indústria, o que permitirá aos fabricantes de tintas conhecer novidades e tendências,

ao mesmo tempo em que encontram recursos e novas ideias para o aprimoramento de sua produção e seus processos.

"Com a situação econômica desafiadora que vivemos, esta edição da exposição é encarada como uma ótima ocasião para contatos e para a geração de novas oportunidades de negócios. Temos um grupo muito qualificado de expositores, que apresentarão o que têm de melhor para visitantes que estarão ali em busca de respostas às demandas do consumidor e dos diversos mercados atendidos pela indústria de tintas. O tema geral do evento, 'Agregando valor', tem muito a ver com isso e também com a apresentação de desenvolvimentos recentes e de pesquisas de vanguarda que priorizem inovações relacionadas a temas essenciais como desempenho, sustentabilidade, funcionalidades e facilidade de aplicação", assinala Antonio Carlos de Oliveira, presidente-executivo da ABRAFATI.

COMISSÃO EXECUTIVA - 2017/2018

Dep. **João Paulo Papa** (PSDB/SP)
Presidente

Dep. **Afonso Motta** (PDT/RS)
Vice-presidente na Câmara

Sen. **Eduardo Braga** (PMDB/AM)
Vice-presidente no Senado

Coordenadores Temáticos

Dep. **Alex Manente** (PPS/SP)
Plástico e Borracha

Dep. **Irajá Abreu** (PSD/TO)
Fertilizantes

Dep. **Orlando Silva** (PCdoB/SP)
Saúde e Segurança do Trabalho

Dep. **Baleia Rossi** (PMDB/SP)

Dep. **Izalci Lucas** (PSDB/DF)
Inovação e Tecnologia

Dep. **Otavio Leite** (PSDB/RJ)
Petroquímicos

Dep. **Bruna Furlan** (PSDB/SP)
Químicos para Cosméticos

Dep. **Jaime Martins** (PSD/MG)

Dep. **Paulão** (PT/AL)
Cloro

Dep. **Darcísio Perondi** (PMDB/RS)

Dep. **Jerônimo Goergen** (PP/RS)
Químicos para o Agronegócio

Dep. **Paulo Abi-Ackel** (PSDB/MG)

Dep. **Davidson Magalhães** (PCdoB/BA) - *Gás*

Dep. **José Carlos Aleluia** (DEM/BA) – *Energia*

Dep. **Pedro Vilela** (PSDB/AL)
Energia Renovável

Dep. **Eduardo Cury** (PSDB/SP)
Químicos para Construção

Dep. **José Ricardo Tripoli** (PSDB/SP) - *Meio Ambiente*

Dep. **Renato Molling** (PP/RS)
Químicos para Couro

Dep. **Esperidião Amin** (PP/SC)

Dep. **Milton Monti** (PR/SP)
Infraestrutura e Logística

Dep. **Vinicius Carvalho** (PRB/SP)
Química verde

Dep. **Evair de Melo** (PV/ES)
Água

232 parlamentares compõem a FPQuímica

Outras funções estão disponíveis e abertas à adesão

Presidentes de Honra

Dep. **Paulo Pimenta** (PT/RS)
Presidente da FPQuímica (2015-2016)

Vanderlei Siraque (PT/SP)
Presidente da FPQuímica (2012/2014)

Coordenadores de Honra

Bruno Covas (PSDB/SP)
Sustentabilidade (2015/2016)
Atual Vice-prefeito de São Paulo/SP

Moema Gramacho (PT/BA)
Saúde e Seguraça do Trabalho (2015/2016)
Atual Prefeita de Lauro de Freitas/BA

Nelson Marchezan Jr. (PSDB/RS)
Biotecnologia Industrial (2015/2016)
Atual Prefeito de Porto Alegre/RS

Representantes do Poder Executivo

Secretário **Igor Calvet**
MDIC

Secretário **Jailson de Andrade**
MCTIC

Secretário **Márcio Félix**
MME

Secretária Executiva

Marina Mattar
Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Abiquim

EXPEDIENTE
Edição: Marina Mattar **- Organização e diagramação:** Lidiane Soares - **Jornalista responsável:** Camila Matos - MTB: 46828/SP **-**
Revisão: Iana Silvestre **- Telefones:** (11) 2148-4744 | (61) 98501-4416 **| www.fpquimica.org.br | Email:** fpquimica@fpquimica.org.br